RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Terca-Feira, 24 de Novembro de 2026

Sete deputados do PL votam a favor do ajuste fiscal de Lula na Câmara

Câmara aprova projeto de lei complementar com apoio de parlamentares da oposição; votação teve 353 votos favoráveis

A Câmara dos Deputados aprovou, em sessão noturna de segunda-feira (23), o projeto de lei complementar elaborado pelo Palácio do Planalto para o ajuste fiscal. Embora se trate de uma iniciativa do governo e seus aliados, a proposta também conquistou o apoio de sete parlamentares filiados ao PL, partido que faz oposição ao governo Lula na Casa.

O resultado da votação foi de 353 votos a favor e 128 contra, além de cinco abstenções. Para aprovação, eram necessários no mínimo 257 votos, tendo o projeto superado amplamente esse patamar.

O deputado Mauro Benevides Filho (União-CE), responsável pelo parecer do projeto, manteve integral o texto que havia sido aprovado pelo Senado Federal. Dessa forma, a matéria será encaminhada para sanção do presidente.



Dirigente do Bradesco assume MBC e avalia contas públicas sob Lula

Dos votos favoráveis ao projeto estão sete deputados do PL, força política que se opõe ao governo de Lula. A orientação oficial do partido, contudo, era para que seus membros votassem contra a aprovação da medida.

Deputados do PL que votaram a favor do ajuste fiscal

Os sete parlamentares da legenda que apoiaram o projeto foram:

- Cezinha Madureira (PL/SP)
- Detinha (PL/MA)
- João Carlos Bacelar (PL/BA)
- Josimar Maranhãozinho (PL/MA)
- Marcelo Álvaro (PL/MG)
- Vinicius Carvalho (PL/SP)
- Vinicius Gurgel (PL/AP)



Ajuste fiscal: Veja ponto a ponto do texto-base aprovado pela Câmara

Principais medidas contidas na proposta aprovada

O projeto inclui diversas alterações nas regras fiscais, sendo as principais:

- Redução do crescimento real máximo das despesas primárias de 2,5% para 2% a partir de 2027, nos períodos em que há necessidade de contenção orçamentária;
- Autorização para o governo bloquear despesas mesmo quando estejam dentro da margem de tolerância estabelecida na meta;
- Incremento de dez pontos percentuais adicionais no corte de benefícios fiscais, totalizando redução de 20%;
- Fixação do limite de 80% do valor inicial para concessão de créditos presumidos;
- Revogação da permissão para desvincular até 40% do superávit financeiro de fontes vinculadas;
- Pagamento de R$ 2 bilhões anuais aos estados e municípios sob a Lei Kandir, com liquidação até 2030.

A medida também estabelece que gastos de até R$ 10,5 bilhões em 2026 com subsídio ao diesel ficarão excluídos da meta fiscal do respectivo ano.



Análise: Congresso e STF pressionam Lula por aliado na Corte

O projeto teve sua apresentação em 11 de novembro, como resultado de um compromisso anunciado pelo presidente Lula após o término das eleições municipais. A aprovação inicial no Senado ocorreu em 12 de novembro, com votação de 45 a favor e 31 contra. A apreciação das emendas foi finalizada em 18 de novembro.

Durante seu trajeto legislativo, o ajuste enfrentou questionamentos de diversos setores. O mercado financeiro considerou as medidas insuficientes, integrantes da coligação governamental protestaram contra alterações na metodologia de cálculo da RCL (Receita Corrente Líquida), enquanto a oposição apresentou críticas amplas ao texto.

Conforme apurado pela CNN, o Palácio do Planalto está elaborando um novo pacote de ajustes nas contas públicas. O presidente Lula determinou que as equipes responsáveis pelas políticas econômica e social estruturem um conjunto adicional de medidas com validade de quatro anos, incluindo novos mecanismos de contenção do gasto público.

A intenção é fortalecer a confiabilidade do orçamento federal, buscando acalmar os agentes econômicos e criar pressão para redução da taxa Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira.